



O Estado Africano, o conflito político na República Democrática do Congo e as suas projeções de desenvolvimento

The African State, the political conflict in the Democratic Republic of the Congo and its development projections

El Estado africano, el conflicto político en la República Democrática del Congo y sus proyecciones de desarrollo

Marina Nunes Bernardes¹

Nathália Pavam Maia²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p41

Recebido em: 22 de agosto de 2019
Aceito em: 22 de outubro de 2019

Resumo

O presente trabalho tem como propósito analisar a construção do Estado Africano, o constante conflito político na República Democrática do Congo e como ele influencia as suas projeções de desenvolvimento. Argumenta-se que o longo período de confrontos e ditaduras impacta negativamente o momento atual e o futuro do país.

Palavras-chave: República Democrática do Congo; Política; Desenvolvimento

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the creation of the African State, the constant political conflict in the Democratic Republic of Congo and the way it influences the country's development projections. It is argued that the long period of confrontation and dictatorships has a negative impact nowadays and in the future.

Keywords: Democratic Republic of Congo; Politics; Development

Resumen

Este documento tiene como objetivo analizar la construcción del Estado Africano, el constante conflicto político en la República Democrática del Congo y cómo influye en sus proyecciones de desarrollo. Se argumenta que el largo período de enfrentamientos y dictaduras impacta negativamente el momento presente y el futuro del país.

Palabras clave: República Democrática del Congo; Política; Desarrollo

1 Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5261-1354>

2 Mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, Lisboa - Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0342-5608>

Introdução

A República Democrática do Congo (RDC) é um país do continente africano que possui uma grande diversidade de etnias localizadas em um território rico em minerais. Por isso, o país sempre chamou a atenção de instituições estrangeiras, seja no período colonial ou no tempo contemporâneo, como potências europeias e empresas extrativistas. Essa interpelação de diferentes atores e o histórico político violento que acompanha a RDC contribuem para o agravamento dos seus conflitos internos e da insegurança sociopolítica presente na atualidade.

Assim, os principais objetivos deste artigo são analisar como os conflitos armados e a instabilidade política na RDC têm raízes na construção dos Estados africanos com base na sua descolonização tardia e também demonstrar os efeitos da instabilidade atual nas projeções de desenvolvimento do país. Com o intuito de responder a este questionamento, serão analisados nas seguintes seções o conceito de Estado de Weber, o processo africano de criação do Estado moderno, e o histórico da instabilidade política da RDC. Em seguida, discute-se a mais recente eleição presidencial e sua relação com o passado turbulento. Por fim, algumas considerações finais são traçadas com relação às análises feitas e as projeções de desenvolvimento.

A construção do Estado na África

Para compreender o processo de desenvolvimento da RDC e a sua situação atual é importante resgatar o contexto de construção estatal na África a fim de entender mais amplamente as dinâmicas de poder internas e externas nesta região. Weber conceitua o Estado como: “uma organização política compulsória que controla uma área territorial onde a burocracia detém de maneira bem sucedida a rei-

vindicação do monopólio do uso legítimo da força física na imposição de sua ordem” (BENDIX, 1962, p. 383 apud WEBER, 1999, p. 525). Ademais, existem algumas condições prévias para haver de fato um Estado moderno, de acordo com Weber. São elas: monopólio dos meios de administração e dominação (com um sistema de taxação central e uma força militar permanente controlada pelo governo central); o monopólio do uso da força e dos decretos legais pela mesma autoridade central e a burocracia racionalmente orientada, também centralizada no governo (BENDIX, 1962 apud WEBER, 1999).

Assim, Weber afirma que um Estado deveria ter, além do território, um mínimo de capacidade coercitiva para lidar tanto com os seus oponentes internos quanto externos. Isto se liga diretamente com o fenômeno das guerras e conflitos existentes em qualquer processo de criação de Estados modernos. Considera-se a origem das ameaças, as forças combatentes principais, como o conflito é financiado, quem saiu vitorioso e como se deu o desfecho do conflito (WEBER, 1999). No presente artigo, veremos como se deu esse processo no caso na República Democrática do Congo.

A criação dos Estados modernos africanos foi feita em um processo particular à região que teve início no período colonial. O momento da partilha da África pelos países colonizadores resultou em uma relativa estabilidade nas fronteiras e, ao mesmo tempo, em um ambiente doméstico geralmente mais instável e hostil, visto que a ocupação dos territórios, frequentemente inóspitos, era reduzida. Os Estados coloniais africanos eram caracterizados usualmente por um território comandado pela sua capital, relativamente forte, mas com um grave problema de vácuo de poder em outras regiões mais distantes ou interioranas (HERBST, 2000).

Aqui, nos interessa principalmente o momento pós-colonial, onde a Organização da Unidade Africana (OUA), procurava manter as fronteiras coloniais

para lutar contra as ideias pan-africanistas daquela época, e evitar a perda de poder das elites africanas que agora passavam a controlar seus países de maneira mais independente. Isso fez com que a possível modificação das estruturas coloniais, (e posteriormente de proteção externa e tutela destes ex-colonizadores), não se realizasse (CASTELLANO, 2012).

Dentro dessa lógica, conservou-se um Estado pouco capaz de estender o poder da sua capital à regiões periféricas e portanto surgiram núcleos diferenciados de controle sobre o território nacional. Com isso, historicamente os Estados africanos enfrentaram mais ameaças internas que externas. As ameaças externas que existiram, frequentemente transformavam-se em internas na medida que adentravam o território nacional. O resultado foi um predomínio de guerras intraestatais ou mistas (internas com participação externa). Esse foi justamente o caso da República Democrática do Congo (CASTELLANO, 2012).

Sobre a RDC, alguns princípios relacionados tanto à guerra quanto à forma de travá-la foram relevantes para a estruturação do seu Estado. Quatro períodos políticos se destacam na história recente do país: o pós-independência (1960-1965), o regime de Mobutu Sese Seko (1965-1997); o governo de Laurent Kabila (1997-2001) e de Joseph Kabila (2001-2018). Estes períodos serão apresentados na próxima seção e o momento atual será analisado mais profundamente na última seção. Castellano ainda chama a atenção para os conflitos na história desse país:

As principais guerras ocorridas no país após 1960 influenciaram sobremaneira no processo de construção do Estado e na conformação do atual estado de violência, na medida em que refletiam estruturas mais amplas do sistema internacional e em que as formas de enfrentá-las, de encerrá-las e a postura das elites vencedoras não contribuíram, em geral, para o aumento da capacidade estatal. Essas guerras envolveram elementos semelhantes tais como: a presença de conflagrações civis que ameaçavam

o governo central, a interferência externa no campo de batalha na forma de forças combatentes principais, o financiamento dos esforços de guerra por ajuda externa ou pela concessão/exploração de recursos naturais e a ascensão de líderes com propensão a realizar tanto reformas autoenfraquecedoras quanto autofortalecedoras do Estado. Apesar de terem sido postas em prática em momentos pontuais da história do país, estas últimas não obtiveram sucesso. (CASTELLANO, 2012 p. 46-47).

Assim, percebe-se que as os conflitos na RDC influenciaram a estrutura do Estado, que foi essencialmente mantida durante os períodos políticos mais importantes. Não havia quase nenhuma capacidade de praticar guerra, desenvolveu-se muito pouco a esfera de taxação das populações e investiu-se menos ainda no desempenho de outras atividades estatais, como veremos a seguir.

Os conflitos armados

A região da RDC foi anteriormente uma colônia belga explorada por décadas e que só conquistou sua independência em 1960, quando o cenário do país era de instabilidade social, econômica e política. A insatisfação do povo com os regimes de trabalho forçado exigidos pelos colonizadores se somou às demais pressões pelo fim da dominação externa na região, e após uma série de conflitos armados, formalizou-se a independência (HERNANDEZ, 2005).

Logo em seguida, formou-se um governo de coalizão entre o presidente Joseph Kasavubu e o primeiro ministro Patrice Lumumba. Apesar disso, a situação continuava caótica: as tropas belgas ainda estavam presentes no país, havia o risco de intervenção de outros Estados, o governo não conseguia manter a lei e a ordem, e a província mais rica do país - Katanga - estava declarando sua independência (HOFFMANN, 1962; HERNANDEZ, 2005). Esse cenário ilustra com precisão os conceitos elaborados anteriormente por Castellano e Herbst.

Imagem 1 - Localização geográfica RDC



Fonte: CASTELLANO, 2012 (p. 18)

O risco de desintegração territorial foi a causa primária de diversos choques entre rebeldes que queriam controlar certas partes do território e as forças do governo, que apesar de concentrar seu domínio na capital, não desejava a desintegração nacional (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

Apesar do governo de coalizão, em setembro de 1960, o primeiro ministro convocou suas forças armadas para depor Kasavubu. Nesse contexto, o secretário de Segurança Nacional, Joseph Mobutu, assumiu o poder do país, com o apoio dos Estados Unidos. Entretanto, assim que tomou o controle, ele logo o devolveu a Kasavubu, que deu a ele o título de chefe das Forças Armadas. Assim, Mobutu estruturou durante anos o exército à sua maneira (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

Em 1965, Mobutu subiu ao poder em um golpe após mais discórdias entre os chefes de Estado, e se auto-declarou presidente do país. Ele seria reeleito, sem oposição, para três mandatos de sete anos (1970, 1977 e 1984) (CIA, 2017). Em 1971, o presidente renomeou o país num esforço de africanizar os nomes no agora Zaire. Ele mesmo mudou seu nome de Joseph Mobutu para Mobutu Sese Seko, que significa “o guerreiro todo poderoso” (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

De acordo com Mobutu, o Zaire seria o país mais explorado do mundo, e por isso as fazendas, ranchos, plantações, concessões, o comércio e as imobiliárias seriam entregues aos verdadeiros “filhos do país”. Apesar do discurso populista, os “filhos do país” se limitavam a aproximadamente

300 pessoas que faziam parte da elite política durante seu governo (WATKINS, 2008?). Isso fez com que as riquezas e propriedades nacionais se acumulassem ainda mais nas mãos de poucas pessoas.

Com o passar dos anos, Mobutu se manteve no poder apesar de diversas rebeliões internas e tentativas de golpe, e talvez por isso seu regime teve pouco sucesso em estabelecer as condições necessárias para o crescimento econômico e desenvolvimento social do país (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

O Zaire tinha o apoio de diversos países da Europa ocidental como a Bélgica, agora aliada, a França e a Alemanha, além dos Estados Unidos. Esse apoio ao regime ditatorial de Mobutu veio por conta do avanço do socialismo entre os seus países vizinhos como Angola e Moçambique e o consequente temor de que o Zaire se juntaria a eles. Entretanto, no final da Guerra Fria nos anos 1990, o presidente perdeu grande parte do financiamento que recebia do Ocidente em troca das intervenções que promovia aos países vizinhos. Além disso, o investimento no país passou a ser visto como um mau negócio internacionalmente, já que os recursos eram mal administrados e a corrupção predominava nas relações comerciais, principalmente no setor de mineração. (BARBOSA; TEIXEIRA, 2007).

A corrupção governamental durante o regime era endêmica, a administração era falha e a negligência com assuntos de importância nacional fizeram com que a infraestrutura do país se deteriorasse, já que as instituições não funcionavam ao dispor da população. Apesar disso, Mobutu acumulava uma das maiores fortunas pessoais do mundo. Uma estimativa feita pela organização *Transparency International* mostra que o presidente do Zaire desviou cerca de 5 bilhões de dólares do tesouro nacional, quantia equivalente à toda a dívida externa do país em 1997, ano em que ele foi deposto (TRANSPARENCY INTERNATIONAL SECRETARIAT, 1997; ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

A oposição ao regime de Mobutu vinha de diversas fontes: exilados congolezes, grupos étnicos que possuíam influência em governos passados, fazendeiros prejudicados pelas medidas econômicas e uma parte dos jovens universitários (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017). Os grupos étnicos eram jogados uns contra os outros para prevenir uma emergência unificada da oposição que fosse capaz de desafiar o regime. Contudo, mesmo com essa manipulação, os embates entre o governo e os grupos civis nas manifestações eram constantes e produziram diversas violações dos direitos humanos (BARBOSA; TEIXEIRA, 2007).

Uma das maiores forças de oposição ao governo era a Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL), composta majoritariamente por tutsis congolezes e que tinha o apoio internacional de Angola, Ruanda e Uganda. Liderada por Laurent Kabila, essa aliança tomou diversos territórios lutando contra o exército congolês e atacando refugiados (principalmente vindos do conflito de Ruanda em 1994) nas aldeias e cidades. Essa foi chamada de a Primeira Guerra do Congo (1996 a 1997), que foi apoiada por Ruanda e Uganda e só terminou quando Kabila e suas forças tomaram o poder em 1997. Mobutu morreu exilado pouco tempo depois (AGUILAR; PEREIRA, 2014).

Kabila retomou oficialmente o antigo nome do país, República Democrática do Congo. Ele também separou as forças da AFDL visando evitar possíveis rebeliões contra o seu governo, o que fez com que os países que o haviam apoiado transferissem sua contribuição a outros grupos rebeldes menores (CIA, 2017). O conflito étnico, o surgimento de novos grupos rebeldes e a influência cada vez maior de Ruanda no território da RDC contribuiu para a continuidade da instabilidade política no país, dando início à Segunda Guerra do Congo (1998 a 2003), que culminou com milícias tomando o controle de partes importantes do território. Os embates entre milícias rebeldes e as

forças de Kabila por territórios resultaram em milhares de mortos (AGUILAR; PEREIRA, 2014).

Tropas vindas de Angola, Chade, Namíbia, Sudão e Zimbábue se deslocaram para apoiar Laurent Kabila, que conseguiu permanecer no poder. Segundo a ONU, essa intervenção teve um cunho estratégico, já que a organização acusou autoridades de Ruanda, Zimbábue e Uganda de utilizarem desse pretexto para se apropriar dos vastos materiais minerais na RDC, principalmente dos diamantes (AGUILAR; PEREIRA, 2014).

É estimado que desde 1993 as guerras no Congo mataram cerca de seis milhões de pessoas, seja pelo confronto direto ou por doenças e desnutrição que elas acarretaram. Além de razões políticas e étnicas, as guerras tiveram uma forte consequência econômica, já que os conflitos foram custeados pela vasta riqueza mineral do país (GOMES, 2014).

Em 1999, entrou em vigor o Acordo de Lusaka, assinado por países envolvidos de alguma forma na guerra - Congo, Ruanda, Uganda, Zimbábue, Angola e Namíbia - e que estabeleceu o cessar fogo e a retirada de tropas estrangeiras do país. Esse acordo, contudo, não alterou significativamente a conjuntura instável da RDC (AGUILAR; PEREIRA, 2014). No mesmo dia da sua assinatura, foi estabelecida a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) pelo Conselho de Segurança como uma tentativa de planejar e supervisionar o cessar-fogo na região. Entretanto, a atuação das diversas milícias que buscavam tomar o poder dificultaram o trabalho da organização, que não apresentou resultados positivos (MONUC, 2017).

Em janeiro de 2001, Laurent foi assassinado por opositores do seu regime, finalizando seu curto período no poder, e seu filho Joseph Kabila foi nomeado Chefe de Estado. O novo presidente foi bem sucedido ao negociar a retirada das forças de Ruanda que ocupavam a parte leste do país em 2002, e ainda nesse ano, o Acordo de Pretória foi assinado pelas partes em guerra para terminar o conflito e estabelecer um governo de união nacional (AGUILAR; PEREIRA, 2014).

Um governo transitório foi instalado em 2003 mantendo Kabila como presidente, mas com a obrigação de governar ao lado de quatro vice-presidentes, representantes de duas milícias, da oposição política e da sociedade civil. Um referendo constitucional sobre a realização de eleições democráticas foi organizado no fim de 2005, proporcionando a estrutura necessária para novas eleições em 2006 (CIA, 2017). Joseph Kabila continuou no poder, desta vez eleito pela maioria da população. Kabila contava com o claro apoio dos governos do ocidente, alguns aliados regionais importantes como África do Sul e Angola, e de grupos mineradores que assinaram acordos multimilionários durante seu mandato (VALENZOLA, 2013; GOMES, 2014).

O comércio ilegal de diamantes, ouro, cobre e coltan também ajudou a financiar exércitos invasores e milícias locais, perpetuando o conflito, principalmente na região leste do país. O coltan, uma mistura de minerais valiosa utilizada principalmente pela indústria tecnológica, atraiu diversas forças invasoras para a RDC, que possui a maior reserva do mineral no mundo, estabelecendo intensas operações comerciais na região, em sua maioria ilegais e feitas por grupos não-oficiais (MONTAGUE, 2002).

Alguns poucos grupos privilegiados conseguiram lucrar quantias exorbitantes na região. A riqueza mineral constantemente explorada por grandes empresas mineradoras ou ilegalmente não revertem o lucro para a população, que em geral vive na miséria. Além disso, o povo muitas vezes trabalha para essas mesmas mineradoras em condições precárias e análogas ao trabalho escravo. Existiram alguns esforços para conter a exploração de minério no país, tanto legal quanto ilegal, mas que não trouxeram resultados significativos, e os chamados “minerais de conflito”³ continuaram financiando a crise do Congo (GOMES, 2014).

3 Minerais encontrados na região africana dos Grandes Lagos, como o ouro, cobalto e o coltan, que são extraídos e vendidos ilegalmente e que tem os lucros utilizados no financiamento e manutenção dos conflitos locais (MINERAIS... 2010).

Quadro 1 - As Principais Conflagrações no Congo pós-Independência e o Estado de Violência

Quadro 4 – As Principais Conflagrações no Congo pós-Independência e o Estado de Violência			
Conflagração	Principais Beligerantes	Número de Mortes	Causas Principais
Crise do Congo (1960-1965)	Mercenários BEL, FAs BEL, FAs EUA, ONUC, Mulele, CNL, Che Guevara (Cuba)	200 mil	Descolonização africana abrupta; Dependência da extração de recursos de regiões específicas (Katanga/Kasai); Instabilidade institucional (baixo nível de treinamento).
Primeira Guerra do Congo (1996-1997)	<u>Ataque:</u> AFDL e FAs de Ruanda, Uganda, Burundi e Angola <u>Defesa:</u> FAZ	200 mil	Colapso Econômico/Regime Cleptocrático (Mobutu); Conflitos nos Grandes Lagos da África Central; Rivalidade franco-americana.
Segunda Guerra do Congo (1998-2003)	<u>Ataque:</u> Ruanda, Uganda, Burundi, MLC, RCD-Goma, RCD-K/ML. <u>Defesa:</u> Angola, Zimbábue, Namíbia, Chade, Sudão, Interahamwe, ex-FAR, Mai Mai.	3,8 milhões	Continuidade da instabilidade nos Grandes Lagos; Rompimento de L. Kabila com Ruanda e Uganda.
Estado de Violência (2003-....)	FARDC, FAs Ruanda e Uganda, MONUC, UPC, FNI, FDLR, CNDP, Mai Mai, LRA, M23	1,6 milhão	Falta de definição militar da segunda guerra; Acúmulo do declínio econômico desde a década de 1970; Autonomia de milícias proxy; Atuação de companhias mineradoras.

Notas: Trata-se de guerras cuja amplitude geográfica foi de mais de uma província; o resultado conferido à estrutura política do país foi a mudança de regime político, de governante ou de arranjo político; o número de mortes registrado foi maior do que 100 mil pessoas; e houve a participação de beligerantes externos. Apesar de se enquadrarem no último critério (participação de beligerantes externos), as duas guerras de Shaba (Shaba I e Shaba II) não cumprem todos os pré-requisitos mencionados. Isso não exclui a relevância de futuros estudos sobre as duas conflagrações. Elas influenciaram diretamente na postura externa do país – que, após um período de autonomia relativa no governo Mobutu, passou diretamente ao eixo de influência franco-belga (VIZENTINI, 2007a e 2007b) – e dizem muito a respeito das relações Zaire-Angola (MPLA).

Fontes: TURNER, 2007; CLARK, 2002; NEST, 2006a, 2006b; PRUNIER, 2009; NDIKUMANA & EMIZET, 2003; HRW, 2009a; GALVÃO, 2002; KABEMBA, 2001, 2006, 2005.

Autor: CASTELLANO; 2012

Fonte: CASTELLANO, 2012.

Eleições de 2018

Apesar de seu segundo mandato ter terminado em 2016, Joseph Kabila se recusou a deixar o poder. Ele adiou as eleições para se manter na presidência através de uma cláusula provisória na Constituição. Pressionado por forças regionais e internacionais, contudo, se comprometeu a organizar as eleições ao final de 2018. A campanha eleitoral foi marcada por conflitos, repressões de manifestações da oposi-

ção e destruição de urnas na capital Kinshasa (SMITH, 2019; QUEM... 2019).

A fim de perpetuar sua influência no país, apesar de não poder se candidatar a um terceiro mandato, Kabila escolheu um sucessor para apoiar, que ficou sob seu controle restrito. Pouco conhecido, Emmanuel Shadary era defensor do ex-Presidente e já havia sido seu Ministro do Interior. Foi também responsável por repressões a manifestantes e grupos pró-democracia. Em 2017, ele foi acusado

pela União Europeia por graves violações aos direitos humanos. Os outros grandes nomes disputando a eleição eram Felix Tshisekedi, presidente do maior partido de oposição e filho do histórico líder da oposição Etienne Tshisekedi, e Martin Fayulu, também da oposição, empresário e ex-administrador da Exxon Mobil (QUEM... 2019).

As eleições ocorreram no final de 2018, e em de janeiro de 2019, Felix Tshisekedi foi declarado vencedor pela comissão eleitoral da RDC. Imediatamente os resultados foram contestados por Martin Fayulu, que ficou em segundo lugar e afirmou ter havido um golpe eleitoral dado por Tshisekedi e Kabila para mantê-lo longe do poder. Este acordo teria ocorrido em troca da manutenção do controle dos serviços de segurança e da riqueza da família de Kabila (CARAYANNIS; WEISS, 2019; RIBEIRO, 2019).

A Conferência Internacional dos Grandes Lagos pediu uma recontagem dos votos, e a União Africana se reuniu para pedir o adiamento da divulgação dos resultados finais, concordando em mandar uma delegação ao Congo para amenizar a crise pós-eleitoral. Os resultados surtiram desconfiança não apenas nos atores locais, mas também nos externos. Os Estados Unidos, a União Europeia e outros países também pediram pela recontagem de votos e pela publicação detalhada dos resultados de cada local de votação (CARAYANNIS; WEISS, 2019).

O motivo para tamanha repercussão foi devido ao resultado ter sido surpreendente e suspeito. Sondagens por telefone e a contabilização da Igreja Católica, que contou com mais de 40 mil observadores em todo o país no dia das eleições, apontavam para Fayulu como o vencedor. Além disso, os resultados, previstos para serem divulgados no dia 6 de janeiro, foram adiados pelo atraso na contagem dos votos. Esse fato aumentou ainda mais as suspeitas de que o regime de Kabila poderia ter cometido fraude eleitoral (RIBEIRO, 2019).

Além disso, mesmo perdendo a corrida presidencial, a coalizão de Kabila e Shadary, a Frente Comum para o Congo, venceu a ampla e improvável maioria de assentos tanto no Parlamento quanto no Senado, e tecnicamente determina a escolha do futuro primeiro ministro, que decide sobre os ministérios e agências de segurança no país. Esse fato aumentou as especulações de que as eleições foram de fato fruto de um acordo entre Kabila e a oposição (IBRAHIM; DOSS, 2019).

O Congo hoje possui todos os fatores de risco que geralmente culminam em revoluções. A situação econômica deteriorando, com a inflação acentuada e a crescente desigualdade, condições precárias de vida, uma elite política impopular, a repressão e o sistema falho de justiça junto ao crescimento de protestos e aumento de grupos armados pode ser a receita fatal para o início de mais um grande conflito na história do país. No leste, que possui histórico de insurgência, já há chamados para a luta armada. Dezenas de grupos rebeldes ativos no país podem valer-se desses chamados para concretizar seus objetivos (CARAYANNIS; WEISS, 2019).

Alguns poucos otimistas em relação ao país argumentam sobre a necessidade de construir instituições gradualmente. O objetivo é transformar o país mais rico da África - com relação a seus recursos naturais - numa economia moderna e diversificada. Esse investimento no desenvolvimento econômico do país teria que vir da sua abundante riqueza mineral, aliada à sua capacidade hidrelétrica (SMITH, 2019).

Um dos exemplos dessa proposta desenvolvimentista começou em setembro de 2018 quando um consórcio Sino-Espanhol anunciou planos de arrecadar cerca de 18 bilhões de dólares para construir a barragem Inga III na RDC. Esse projeto hidrelétrico geraria em torno de 11.000 megawatts, e se tornaria um dos maiores do mundo. Traria tanto

energia para o país quanto integração econômica. A África do Sul já possui um acordo para comprar parte da energia que a Inga III geraria, e o ministro de energias já considerou dobrar essa demanda num futuro próximo (SMITH, 2019).

Considerações Finais

O presente artigo aponta que desde a sua independência, a República Democrática do Congo sofre com conflitos armados entre as milícias e o governo, em sua maioria financiados a partir da exploração de minerais valiosos de maneira ilegal. O longo período ditatorial do país e as constantes manobras autoritárias dos líderes para permanecerem no poder fizeram com que a população demonstrasse abertamente o seu desejo por práticas políticas democráticas e transparentes no país. Além disso, a falta de melhoras com relação à pobreza, infraestrutura e conciliação de grupos políticos gera uma grande desconfiança do povo sobre o governo. Isso ficou evidente nos meses de campanha eleitoral em 2018 e nas manifestações sobre o seu resultado.

Ademais, é possível afirmar que o conflito contínuo é um subproduto do comércio internacional de minerais, pois a exploração desses materiais é controlada pelas milícias envolvidas nas guerras civis. Isso mostra que, de acordo com os princípios teóricos de Weber, a RDC não possui a organização completa de um Estado, ressaltando, aqui, os moldes europeus usados pelo autor. O governo congolês não possui o monopólio da força nem do aparato administrativo do país. Além disso, as últimas eleições foram contestadas pela população e pela comunidade internacional, o que questiona também a legitimidade do governo no processo eleitoral.

Ainda que aparentemente vantajoso para Kabila, faltará ao novo governo fundamento para atuar e demonstrar autoridade. Sem legitimidade, será ainda mais difícil aprovar reformas profundas

e projetos necessários ao país. Este novo cenário de incerteza e em relação à mudança por meios pacíficos pode acarretar um aumento substancial do uso da violência em protestos políticos, em busca de transformação por meio de revoluções armadas. Com a crescente desestabilização do grupo político no poder, soma-se ainda a deterioração da segurança pública e a perda ainda maior de territórios para o controle de milícias.

Portanto, a ausência de uma estabilidade política no país é o resultado de uma construção estatal peculiar, que levou a um histórico de constantes conflitos internos e mistos, da corrupção estatal e da má administração, que não sofreram grandes transformações desde a independência. No momento, a RDC se encontra em um impasse sociopolítico, e as projeções de desenvolvimento atuais sobre o país são extremamente pessimistas. É improvável que sem a legitimidade das urnas e com a contínua manipulação de Kabila a RDC consiga atingir suas metas de desenvolvimento e melhorar as condições econômicas da população.

Bibliografia

- AGUILAR, Sérgio R.C.; PEREIRA, Letícia. Congo - a atual dinâmica do conflito e a rendição do M23. **Série Conflitos Internacionais** n.2. São Paulo: Observatório de Conflitos Internacionais da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), 2004.
- BARBOSA, Luciana Mendes; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Congo: no “coração” da África o dilema entre independência e ditadura. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, ano. 4, n. 45, p. 01-08, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/viewFile/7452/6455>>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- CARAYANNIS, Tatiana; WEISS, Herbert. Congo kicks the can down the road: How a Failed Election Could Lead to a Violent Uprising. **Foreign Affairs**, 18 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/democratic-republic-congo/2019-01-18/congo-kicks-can-down-road>>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- CASTELLANO, Igor da Silva. **Congo, a guerra mundial africana**: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS, 2012.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). Africa: Democratic Republic of the Congo. **The World Fact Book**, 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cg.html>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

GOMES, Vinicius. Os “minerais de conflito” do Congo. **Revista Fórum**, 2014. Disponível em: <<http://www.revista-forum.com.br/digital/150/os-minerais-de-conflito-congo/>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MONUC. Helping bring peace and stability in the DRC. **United Nations**, 2017. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/mission/past/monuc/>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Princeton: Princeton University Press. 2000.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOFFMANN, Stanley. In search of a thread: The UN in the Congo labyrinth. **International Organization**, University of Wisconsin Press, v.16, n.2, p. 331-361, 1962.

IBRAHIM, Mo; DOSS, Alan. Congo's election: a defeat for democracy, a disaster for the people. **The Guardian**, 9 fev, 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2019/feb/09/democratic-republic-of-the-congo-election-a-defeat-for-democracy-disaster-for-people-mo-ibrahim>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Mobutu Sese Seko - president of Zaire. **Encyclopedia Britannica**. 18 oct. 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Mobutu-Sese-Seko>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MONTAGUE, Dana. Stolen Goods: Coltan and Conflict in the Democratic Republic of Congo. **SAIS Review**, v. 22, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://archive.niza.nl/docs/200207051622594404.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MINERAIS de conflito e instabilidade política na República Democrática do Congo. **Parlamento Europeu**, 08 out. 2010.

Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/world/20101203STO05948/minerais-de-conflito-e-instabilidade-politica-na-r-d-congo>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

QUEM será o sucessor de Kabila na presidência do Congo? **Público**, Eleições, 28 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/12/28/mundo/noticia/sera-sucessor-kabila-presidencia-congo-1856010>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RIBEIRO, João Ruela. Vitória surpresa nas eleições no Congo gera dúvidas sobre as presidenciais. **Público**, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/01/10/mundo/noticia/comissao-eleitoral-republica-democratica-congo-vitoria-candidato-oposicao-1857292>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL SECRETARIAT. Seize Mobutu's Wealth or lose your own money, Western governments told. **Transparency International**, 1997. Disponível em: <https://www.transparency.org/news/pressrelease/seize_mobutus_wealth_or_lose_your_own_money_western_governments_told>. Acesso em: 2 abr. 2019.

SMITH, Patrick. After Kabila: Democratic Republic of Congo. **The Africa Report**, 12 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/462/after-kabila-democratic-republic-of-congo/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VALENZOLA, Renato Henrique. O Conflito na República Democrática do Congo e a Ausência do Estado na Regulação das Relações Sociais. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**, São Paulo, 12. ed., p. 59-86, nov. 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/3477/2694>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

WATKINS, Thayer. **The Economy and Political Economic History of the Democratic Republic of the Congo, formerly Zaire**. Saint José University - Department of Economics, [2008?]. Disponível em: <<http://www.sjsu.edu/faculty/watkins/congo.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1. 5 ed. Brasília: UnB. 1999.